

Arte, cultura e cidadania: Tornando visível o invisível

Márcia Mansur Saadallah
PUC Minas

mansursadala@yahoo.com.br

Betania Diniz Gonçalves
PUC Minas

betaniadg@pucminas.br

Flávia Lemos Abade
PUC Minas

flavia.abade@gmail.com

Introdução

As reflexões aqui apresentadas focalizam-se em questões relacionadas à adolescência e suas construções a partir da realidade social brasileira. As reflexões trilhadas exigem que se esclareça inicialmente o que compreendemos a respeito da categoria adolescência, a partir da abordagem psicossocial, visão com a qual nos identificamos e estudamos.

A concepção de adolescência dominante atualmente em nossa sociedade é aquela universalizante, que geralmente naturaliza suas condutas e características e que enfatiza a *crise* como foco principal do adolescente. Esta concepção é fortemente marcada por uma visão adultocêntrica acerca desses sujeitos, isto é, a definição e as práticas voltadas para esse público são marcadas por fortes relações de poder entre adultos e não adultos, levando à dominação e exploração. (MAYORGA, 2006). Estas visões colocam o adolescente naquele lugar de não adulto, ou no lugar de adultos do futuro, negando a sua condição de sujeitos hoje. De acordo com esta visão, todos os adolescentes apresentam características comuns e estigmatizadas, como rebeldia, crises, irresponsabilidade...

Entretanto, partimos do pressuposto que a adolescência deve ser entendida levando-se em consideração uma multiplicidade de fatores. De um lado, há um caráter universal dado pelas transformações do indivíduo em determinada faixa etária, na qual completa o seu desenvolvimento físico e enfrenta mudanças psicológicas. Pelo critério etário a adolescência consiste na etapa da vida do indivíduo do período dos 12 aos 18 anos. Mas a forma como cada sociedade e, no seu interior, cada grupo social vai lidar e representar esse momento é muito variada. Este é também um momento marcado por questões psicossociais, fortemente caracterizadas por mudanças. Além do critério cronológico, diversos outros fatores podem influenciar a adolescência, como: sociais (classe social, gênero, raça...), culturais (tipo de família, contexto rural e urbano...), dentre outros. O contexto, realidade e cultura influenciam diretamente nas construções das identidades e modos de ser de cada jovem. Desta forma não podemos dizer de uma adolescência universal, e sim de adolescências. Estas são construídas como continuação do desenvolvimento do sujeito que já vinha acontecendo desde a infância.

Nesta concepção o desenvolvimento dos adolescentes é influenciado pelo contexto social em que eles estão inseridos e pelas relações estabelecidas a partir daí, ou seja, por

um processo sócio-histórico. Assim, para a compreensão deste processo, é necessário considerar os diferentes contextos e culturas nos quais eles se constroem como sujeito e se transformam. Percebemos que dentro do quadro atual de desigualdades sociais, os adolescentes se apresentam como uma população extremamente vulnerável e demandante de políticas públicas que possam resgatar e garantir direitos sociais muitas vezes negados a esta população. No contexto social brasileiro, os jovens são os mais atingidos pela falta de oportunidades e ausências de políticas específicas. Percebe-se que sua inserção é precária e marginal na sociedade capitalista brasileira. De acordo com Dayrell (2001), a situação da população jovem ainda se agrava mais pelo enfraquecimento da ação do Estado, que não executa políticas que tenham como alvo principal o jovem, o que gera uma “privatização e despolitização das condições de vida” (DAYRELL, 2001). Desta maneira os adolescentes pobres vivenciam frágeis e insuficientes formas de inclusão social, em um contexto de nova desigualdade social.

Adolescência, exclusão e violência

Entendemos que qualquer estudo ou ação que envolva adolescentes em contextos de exclusão social, deve levar em conta a questão da violência. Entretanto, a diversidade da realidade brasileira, a complexidade de seu contexto social, e a multiplicidade de fatores que a envolvem impedem qualquer tentativa de generalização em torno de sua temática. Dentre as inúmeras causas da violência no Brasil, Soares (2004) nos aponta a enorme desigualdade social existente no Brasil, a quantidade e disponibilidade de armas de fogo, a ineficácia do sistema judiciário, que tem gerado impunidade e crise ética nas relações sociais, a formação de “poderes paralelos” ao Estado, os preconceitos e intolerâncias presentes em nossa sociedade, os interesses políticos e econômicos específicos, o tráfico de drogas e armas. Acrescentamos ainda a ausência da ação do Estado, e ineficiência das políticas públicas desenvolvidas. Pretendemos focar nossas reflexões na compreensão da juventude frente ao contexto acima descrito. Na maioria das vezes, o jovem é visto pela sociedade como autr nas situações de violência. Entretanto, dados comprovam que o jovem, pobre, negro e excluído social e economicamente, tem sido o principal alvo da violência no Brasil. Soares (2004) nos alerta para a gravidade do problema, demonstrando a existência de um “déficit” de jovens do sexo masculino na estrutura demográfica brasileira, que só se verifica nas sociedades em guerra. O autor nos apresenta ainda uma teoria que nos ajuda a compreender este fenômeno: a situação de invisibilidade social em que se encontram estes jovens, e que passaremos a refletir em seguida.

Soares defende a idéia de que os jovens brasileiros, principalmente aqueles que vivem em situação de vulnerabilidade, são invisíveis aos olhos da sociedade. Esta invisibilidade pode se manifestar em duas direções: a primeira está relacionada ao estigma ou preconceito. Para o autor, o preconceito promove a invisibilidade na medida em que *“projeta na pessoa um estigma que o anula, esmaga sua subjetividade e singularidade, e a substitui por uma imagem estereotipada, a partir de uma classificação feita a priori.”* (SOARES,2004. p133) Já a segunda forma de tornar alguém invisível, passa pela indiferença. Nela, a pessoa é ignorada, não é percebida pelo outro. Neste sentido, vê-se que nas duas formas de invisibilidade, há a anulação da pessoa, mas por caminhos contrários: enquanto a indiferença negligencia a presença de alguém, o preconceito corresponde a uma *“hipervisibilidade, que ilumina uma imagem artificial e pré-construída, obscurecendo a individualidade, mantida na penumbra”*. (SOARES, 2004.p.136). A invisibilidade a partir do preconceito nos remete às

discussões de Goffman (1982) sobre identidade e estigma. Para o autor, a sociedade se organiza muitas vezes através da categorização das pessoas, definindo os atributos para cada uma dessas categorias. Essa categorização faz com que estejamos em vários ambientes sociais e a partir das categorias que nos são apresentadas, esperamos encontrar nesse ou naquele ambiente, certo padrão de comportamento e acontecimentos. (MAYORGA, 2006). Goffman (1982) dirá que essas categorizações, que nos permitem certa organização do mundo, são repletas de expectativas normativas. Assim, quando olhamos para uma pessoa, já projetamos nela os conceitos construídos a seu respeito, a partir das nossas idéias e valores. Essa expectativa em relação ao sujeito é o que Goffman (1982) chama de *identidade social virtual*. Acreditamos que este conceito tem profundas articulações com as questões apontadas por Santos (2004).

Quando esta invisibilidade se faz presente na adolescência, ela toma proporções ainda maiores, definindo e deixando marcas na formação identitária dos jovens.

Acreditamos que o conceito identidade está relacionado a um processo de construção social contínuo e dinâmico vivido pelo sujeito ao longo de sua vida. Desta forma, a identidade do sujeito se caracteriza, mais do que por um produto, como um processo, influenciado o tempo todo pelo contexto social e histórico no qual ele vive.

A pergunta que corresponde à problemática da identidade é: “quem sou eu?” Na tentativa de responder a esta pergunta o sujeito vai construindo novas concepções, aprendizagens e reflexões sobre si mesmo. Neste momento, a sociedade, e mais especificamente o grupo, são muito importantes na vida do adolescente. Para eles, o grupo é o seu ponto de referência. Eles precisam do grupo para se sentir diferentes-entre-iguais (SOARES, 2004). Nesta fase, o grupo traz ao jovem reconhecimento, identificação, sentimento de pertença, enfim, referências para sua vida em construção. Certamente, participar de um grupo é uma necessidade que todos nós temos como seres sociais. Entretanto, na experiência adolescente, o mesmo ganha importância no que se refere à construção da identidade e à construção de um projeto de vida – com todas as dificuldades que essa tarefa agrega. Mas este mesmo grupo que acolhe e sustenta, pode oprimir, rebaixar, discriminar e estigmatizar o adolescente, dependendo de suas ações e posturas.

Observa-se que a ausência de políticas sociais dirigidas aos jovens, geralmente faz com que o tráfico de drogas se apresente como a única alternativa possível para o jovem, e se impõe com muita facilidade como o único estilo cultural e meio econômico de vida. Não podemos deixar de reconhecer que esta se tornou uma alternativa muito atraente, mesmo que ilusória e passageira, já que oferece ao jovem reconhecimento, valorização, sentimento de pertença a um grupo, dinheiro, poder, respeito... Desta forma, concordamos com Mayorga (2006) em sua afirmação:

A delinquência, a criminalidade, a gravidez na adolescência, a vulnerabilidade, as doenças sexualmente transmissíveis, o alto índice de evasão escolar em determinados contextos não são o resultado da manifestação de características previstas na adolescência, mas resultado das formas de relação que estabelecemos com esses sujeitos colocando-os nesse “lugar nenhum” e que faz com os adolescentes lutem de todas as formas contra a invisibilidade. (MAYORGA, 2006 p.19)

Neste contexto, a única forma do jovem adquirir visibilidade social é pela via da violência e criminalidade, já que não são oferecidos a ele outros espaços para esta

manifestação e vivência. E esta opção é destrutiva e autodestrutiva, já que traz uma afirmação do jovem, mas pelo negativo de si mesmo.

Portanto, sabemos da importância de oportunizar aos jovens novas opções e alternativas para uma inserção mais positiva na sociedade, que vise a formação de sujeitos autônomos, que discuta a valorização e aceitação da diferença, tendo a ética como norteadora de nossas ações, trabalhando a auto-estima, a experiência e valorização do grupo em sua vida, a participação do jovem no planejamento das ações. Acreditamos que propostas como esta possibilitam ações promotoras de visibilidade social, permitindo que os jovens se expressem de forma mais crítica e se sintam menos vulneráveis diante do mundo ao qual pertencem.

Passaremos a refletir sobre as questões referentes à construção da cidadania e da participação dos jovens, como caminhos a serem perseguidos na busca pela visibilidade

Adolescência, cidadania e educação

Existem algumas palavras que têm um significado muito especial. Mas passam a ser tão usadas, em diferentes contextos e com diferentes significados, que correm o risco de se esvaziar de sentido e cair no senso comum. Acreditamos que **Cidadania** é uma dessas palavras. Atualmente, todos falam em cidadania. Mas, de fato, o que ela significa? Como ela pode ser praticada? Quais são as suas idéias-chaves? Existem concepções distintas para sua compreensão? Estas são questões que precisam ser refletidas e discutidas, para que ações sejam implementadas de maneira efetiva e coerente com os nossos objetivos.

O termo cidadania historicamente está ligado à questão da liberdade e do direito. Diversas correntes ideológicas falam de direitos de cidadania. O conceito contemporâneo de cidadania ganhou “dimensão social universal, passando a corresponder aos direitos transculturais de todo membro da comunidade humana, à proteção e à participação na herança material e cultural da humanidade.” (Souza, 2005. p.79).

Para além do jargão “cidadania é ter direitos e cumprir deveres”, podemos pensar na cidadania como uma responsabilidade individual e coletiva com o social e o bem comum, buscando cooperação e complementaridade na ação coletiva, em trabalho democrático e plural. Entretanto, as grandes transformações pelas quais vem passando a humanidade, especialmente a partir da década de 1990, reconhecidas como o processo de globalização mundial, traz novos desafios para se pensar a relação da pessoa com o seu contexto social e com o coletivo. Neste contexto, em que o individualismo, a exclusão, o preconceito, a competição exacerbada e o consumismo tomam conta de nossa vida, constatamos uma reprodução de idéias entre as pessoas, e um grande conformismo com a situação de opressão e exclusão em que vivem. Segundo afirma Antônio Carlos Gomes da Costa, somos até hoje um país dividido em cidadãos e subcidadãos, “subnutrição, subemprego, submoradia, subeducação, subdesenvolvimento, subcultura, enfim, tudo o que começa com sub designa o conjunto de características dos que subsistem do outro lado da linha que separa os incluídos na cidadania dos excluídos dessa condição” (COSTA, 1999. p.97).

Alem disso, podemos dizer que nós, brasileiros, viemos de uma história de passividade e obediência. Desde a época da colonização, fomos acostumados a obedecer a uma

cultura diferente e distante da nossa que impunha usos e costumes sobre nós, e até hoje vivemos em uma cultura na maioria das vezes “importada”. Passamos também por 20 anos de ditadura, que fizeram com que as escolas parassem de ensinar a pensar para ensinar a repetir. Desta época, ficou a cultura de que não se pode criticar e pensar diferente. E hoje, vivemos sob o ditame do consumismo, do individualismo e do modismo. Toda esta história fez com que a maioria de nós se tornasse pessoas heterônomas, ou seja, indivíduos que não agem por conta própria, que precisam seguir normas e ditames impostos por um terceiro, sejam este terceiro a sociedade, a mídia, um grande líder, o consumo. Desta forma, uma sociedade heterônoma cria pessoas heterônomas, passivas, obedientes. (ENRIQUEZ, 1994). Que se acostuma com a mesmice, com a pobreza, com os preconceitos e desrespeitos, com a repetição, que não agem por conta própria, que precisam seguir normas.

Ao mesmo tempo, sabemos das inúmeras possibilidades do ser humano e das coisas fantásticas que ele pode criar, transformar, vivenciar, experimentar, quando encontra arestas e buracos nesta grande massa globalizante. A isto denominamos autonomia. Ao sujeito que consegue questionar os padrões pré-estabelecidos da sociedade e criar outros modos de vida de acordo com seus valores, assumindo a direção de seu caminho. Vários autores, entre eles Jean Piaget, Eugene Enriquez, Constance Kamii, Paulo Freire e muitos outros tratam da questão da autonomia. De maneira geral, quando eles pensam no objetivo último da educação, concluem que ele está relacionado com a formação de sujeitos autônomos e críticos. Desta forma, indicam que a educação é um dos principais caminhos na busca da mudança, principalmente ao oportunizar às crianças e adolescentes espaços de construção do conhecimento e de participação ativa nas suas ações. Este fato já nos indica que não é possível que a escola fique presa apenas aos conteúdos específicos de cada disciplina. Ele diz de uma visão em que a escola deve formar o sujeito de forma integral. Isto inclui discussões e reflexões sobre a diversidade, a sexualidade, as vivências da adolescência, o projeto de vida, os direitos e deveres, enfim, uma gama de temáticas que perpassam pela vida dos alunos enquanto seres integrais, e que precisam ser discutidas na escola. E tudo isso de uma forma participativa e autônoma.

A essa participação e envolvimento do jovem nas ações e projetos para a sua vida e do seu entorno, Antônio Carlos Gomes da Costa chama de protagonismo juvenil. Este termo está em profunda sintonia com os conceitos de autonomia e participação. Acreditamos que o protagonismo juvenil se apresenta como uma forma de resistência a esta tendência massificante do sujeito, que consome passivamente a ideologia imposta pelos canais dominantes de comunicação, perpetuando o ciclo de dominação, alienação e passividade em que se encontra a sociedade brasileira. Os adolescentes devem participar dos projetos educativos, sociais, culturais, ecológicos, políticos, entre tantos outros, de sua escola e da comunidade, de forma ativa e integral. Isso significa que ele deve ter um papel principal em todas as fases do projeto, desde a sua elaboração, inclusive na identificação das demandas, problemas e potencialidades locais, passando pela fase do desenvolvimento das ações, culminando na avaliação. Esta participação faz com que o projeto tenha outro significado para o aluno, e o transforme integralmente, deslocando-o da posição passiva de receptor do conhecimento para uma postura ativa diante da vida e do conhecimento.

Entretanto, na relação da sociedade com o jovem, percebemos várias barreiras à legitimação da participação juvenil. Primeiramente, a sociedade acredita que a criança e

o adolescente são “os adultos do futuro”, ou “futuro da nação”. Esquece-se assim, de sua condição juvenil atual, na qual vivenciam um processo permanente de construções e transformações. Ao mesmo tempo, vemos também uma descrença por parte dos adultos e dos educadores, que não raro chamam os adolescentes de “aborrecentes”, além das representações estereotipadas que têm deles: não os consideram capazes de exercer importantes papéis na sociedade, assim como na política, e não se sentem confiantes para designar aos adolescentes papéis de decisão, seja na escola, família, igreja ou qualquer espaço que participem. Dessa forma é comum ver o adolescente fazer o papel de coadjuvante ao invés de protagonista.

É nessa perspectiva que se faz necessário expandir o debate sobre o Protagonismo Juvenil, pois ninguém se torna cidadão consciente, crítico, reflexivo e participativo de uma hora para outra. Percebemos que para se chegar a uma participação ideal, em que os adolescentes desenvolvam suas ações de forma totalmente autônoma, é preciso que se trabalhe de maneira gradativa e processual a construção da participação, envolvendo também a construção de uma cultura de participação pela sociedade que permita ao jovem a expressão de sua potencialidade e criatividade. (COSTA, 2003) Precisamos acreditar no potencial dos nossos jovens e no seu poder de transformação. Enquanto estivermos tratando a participação do jovem de maneira decorativa ou pontual, estaremos fechando as portas para as mudanças e para o novo em nossa vida.

Participação e cultura: novas formas de visibilidade do adolescente

Observamos que os jovens de hoje se inserem na esfera pública através de novas formas e arranjos. As manifestações culturais, por exemplo, têm ganhado destaque no interesse e nas práticas coletivas juvenis. Através do *rap*, do *funk*, da dança de rua, dos *rappers*, do grafite entre tantas outras formas criativas de se expressar, o jovem busca demarcar uma identidade juvenil, assumindo-se como protagonista, construindo um determinado olhar sobre si mesmo e sobre o mundo que o cerca (CARRANO E DAYRELL, 2003). As associações estudantis também podem ser uma forma interessante de inserção do jovem na escola. Através delas eles podem vivenciar experiências grupais de discussão e troca de idéias, além de terem voz ativa e legítima junto à direção da escola. Estas associações devem ter “a cara deles”, e não aquela que esperamos que elas tenham.

Segundo uma pesquisa realizada em 2006, intitulada Juventudes Brasileiras¹, 27,3% dos jovens participa ou já participaram de alguma associação. A socióloga Miriam Abramovay, que coordenou o estudo juntamente com Mary Garcia de Castro, observa que é preciso levar em conta também outros tipos de agrupamentos não-formais, como os grupos de rap ou times de futebol. "Todo grupo é importante porque possibilita aos jovens a aquisição de capital cultural", (Onda Jovem, 2006). São experiências que vão ajudá-los, como indivíduos, a fazer suas escolhas pelo resto de suas vidas.

Um dos maiores valores advindos de um grupo é a interação social, o que aponta para a importância do pertencimento grupal e das suas relações solidárias para o reforço e garantia da identidade individual. Fica evidente o valor do grupo de amigos, das esferas culturais, das atividades de lazer, da escola, entre outros, como espaços que contribuem na construção de identidades positivas.

Portanto, esta questão deve ser levada em conta nas ações relacionadas à cidadania. Os

¹ Matéria publicada na Edição 5 – julho de 2006 – Revista Onda Jovem

adolescentes devem ser incentivados a respeitar as diferenças entre as pessoas e a refletir sobre elas, evitando a reprodução de comportamentos de forma automática e acrítica. É necessário que o adolescente saiba ler criticamente as informações e a realidade em que ele vive. Além disso, a sociedade enfrenta hoje o desafio de oferecer aos adolescentes princípios éticos de tolerância e convivência que enfatizem a liberdade e interdependência, o respeito mútuo, a iniciativa e a competência para o trabalho construtivo e colaborativo. Faz-se necessário ainda valorizar a vida em sociedade, de forma participativa. Paradoxalmente, a mesma tendência que exige e incentiva o individualismo e a competição, nos faz enxergar e valorizar as potencialidades das ações coletivas e dos processos de solidariedade e cooperação entre as pessoas.

Entendemos que em qualquer trabalho que se pretenda realizar buscando fortalecer a autonomia e a cidadania de jovens, o conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) se faz indispensável. O ECA traz grandes transformações para a elaboração e execução das políticas públicas para a infância e adolescência que, pela primeira vez na história brasileira, incorpora princípios universais e igualitários em suas ações. Nele está prevista a elaboração de políticas de promoção dos direitos da criança e do adolescente, e não apenas curativas e punitivas como até então. Esta lei traz em seu bojo toda uma visão da infância e juventude baseada no conceito de cidadania e participação. A lei traz mudanças de conteúdo que se referem ao novo paradigma frente à criança e ao adolescente, acrescentando novos conteúdos ao elenco dos direitos da infância e juventude no Brasil. O ECA rompeu com a Doutrina de Situação Irregular em relação à criança e ao adolescente, em favor da Doutrina de Proteção Integral. Se na primeira Doutrina a criança era culpada e punida por seus atos e por sua situação 'irregular', a visão expressa pela nova Doutrina responsabiliza o Poder Público, a sociedade e a família pela situação de irregularidade na qual se encontra a criança ou o adolescente. Assim, cabe a estes três setores garantir 'proteção integral' a toda e qualquer criança e adolescente. Passa a estar em 'situação irregular' quem não garante esta proteção à nova geração. Muitas são as críticas a esta lei. A maioria delas está ligada ao fato dela só tratar de direitos. De fato, a lei elenca vários direitos que devem ser garantidos à criança e ao adolescente. Mas a idéia principal do ECA é a garantia e desenvolvimento da cidadania. E não existe cidadania feita só de direitos! Desta forma, podemos garantir que, ao tratar dos direitos, a lei está automaticamente falando dos inúmeros deveres vinculados a estes direitos! Portanto, esta noção deve ser trabalhada na relação pedagógica entre educador e aluno.

Vemos que é preciso levar o debate da cidadania para dentro das salas de aula, dos pátios e corredores da escola, porém, não só em momentos pontuais, como é comum. Muitas vezes, as escolas escolhem uma única data e nela debate-se o assunto, fazem cartazes, chamam a comunidade e em seguida há o silêncio novamente. Datas como o Dia do Índio, Dia da Consciência Negra e outros são debatidos, muitas vezes, de forma superficial, fantasiosa e pontual. Para a culminância desses projetos, às vezes as escolas fazem feiras e mostras, mas no restante do ano, as vozes continuam silenciadas. O incentivo a uma cultura hegemônica não é o caminho para a construção da cidadania. A inclusão das diferenças talvez seja o primeiro passo. Concluimos que o grande desafio consiste em aceitar o outro como ele é e não como gostaríamos que ele fosse.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Lei 8066/90 ECA Estatuto da Criança e do Adolescente, 1992.

CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues; DAYRELL, Juarez Tarcísio. Jovens de Brasil: dificuldades de finais del siglo y promesas de un mundo diferente. Jóvenes Revista de Estudios Sobre Juventud, México, DF, v. 17, p. 160-203, 2003.

COSTA, Antonio Carlos Gomes O adolescente como protagonista. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 2001.

DAYRELL, Juarez. A música entra em cena: o funk e o rap na socialização da juventude em Belo Horizonte. São Paulo: Faculdade de Educação (Tese Doutorado). 2001.

ENRIQUEZ, Eugene. O papel do sujeito humano na dinâmica social. In: LEVY, André (org). Psicossociologia: análise e intervenção. Petrópolis: Vozes, 1994.

FUNDAÇÃO ODEBRECHET Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática – Salvador: 2000

Mayorga, Claudia. Identidades e Adolescências: Uma Desconstrução. In Pesquisas e Práticas Psicossociais, v. 1, n. 1, São João del-Rei, jun. 2006

OZELLA, Sergio. “Adolescência: uma perspectiva crítica” in CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Adolescência e psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas. Rio de Janeiro: 2002.

Revista Onda Jovem, Rio de Janeiro: Instituto Votorantim. Março de 2005. Edição 1

Revista Onda Jovem, Rio de Janeiro: Instituto Votorantim. Julho de 2006. Edição 5

SCHERER-WARREN, Ilse. Cidadania sem Fronteiras: Ações Coletivas na Era da Globalização. 1. ed. SÃO PAULO: HUCITEC, 1999

SOARES, Luiz Eduardo. Juventude e Violência no Brasil contemporâneo. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. Juventude e Sociedade: Trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004

SOUSA, Wilma de. Juventude, Solidariedade e Voluntariado. Salvador: Fundação Odebrecht; Belo Horizonte: Secretaria do Estado de Educação, 2005

SOARES, Luiz Eduardo. Juventude e Violência no Brasil contemporâneo. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. Juventude e Sociedade: Trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004

SOUSA, Wilma de. Juventude, Solidariedade e Voluntariado. Salvador: Fundação Odebrecht; Belo Horizonte: Secretaria do Estado de Educação, 2005

SOARES, Luiz Eduardo. Juventude e Violência no Brasil contemporâneo. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. Juventude e Sociedade: Trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004

SOUSA, Wilma de. Juventude, Solidariedade e Voluntariado. Salvador: Fundação Odebrecht; Belo Horizonte: Secretaria do Estado de Educação, 2005